

A coletivização na Espanha*

Augustin Souchy

A quartelada de 19 de julho de 1936 teve consequências de longo alcance para a vida econômica da Espanha. A defesa contra os militaristas e o clero só foi possível com a ajuda do proletariado. A burguesia republicana sozinha teria sucumbido. Teve que ficar ao lado do proletariado. Porque em 1934, quando as esquerdas catalãs quiseram opor-se a Madri sem os trabalhadores, e contra anarquistas e sindicalistas, Madri venceu. Os defensores da autonomia catalã foram derrotados. Após esta derrota vingou-se Madri. Os governantes catalães, começando por Companys, foram condenados a anos de prisão.

Dessa vez, se a pequena burguesia não desejava se expor ao mesmo perigo, tinha que se juntar aos anarquistas e sindicalistas.

Esse ato não poderia limitar-se à arena política. Sindicalistas e anarquistas tinham experiências ruins com a república burguesa. Não era de se supor que iriam contentar-se em servir de muralha ao golpe clerical-militarista. Era evidente que realizariam uma transformação do sistema econômico. Não queriam que perdurasse a exploração econômica, que viam como a causa da opressão política.

*: Este é o primeiro capítulo do livro *Coletivizações - O trabalho construtivo da Revolução Espanhola*, de autoria de Augustin Souchy e Paul Folgare. A íntegra do livro, em versão em espanhol, está disponível em: <http://colectivizaciones.blogspot.com.br/2009/05/colectivizaciones-la-obra-constructiva.html>. (N.T.).

O clero, a camarilha militar e os grandes capitalistas a eles aliados conheciam esse estado de coisas. Sabiam muito bem o que estava em jogo. O triunfo dos militares teria por consequência o estabelecimento de uma ditadura militar, reedição agravada da ditadura de Primo de Rivera. Se as coisas tivessem tomado esse rumo, não somente se salvariam as classes privilegiadas, como teriam dado a elas a oportunidade de explorar ainda mais os trabalhadores no futuro. Por esse motivo, colocaram-se ao lado dos conspiradores militares.

Os generais eram os atores, os grandes capitalistas moviam os fios em segredo. Não abandonaram sua discrição. Em parte, sequer estavam no lugar dos acontecimentos. Juan March, Francisco Cambo e outros de sua espécie não estavam na Espanha no início da quartelada. Esperavam o desenrolar dos acontecimentos no exterior. Se os militares triunfassem, seus empregadores voltariam. Mas na Catalunha, e em mais da metade de Espanha, o golpe de Estado falhou. Os empresários financiadores permaneceram no exterior.

Também os capitães da indústria, dirigentes e líderes das grandes empresas preferiram esperar o fim da luta armada no exterior. Em 19 de Julho, e nos dias seguintes, todas as grandes empresas tinham sido aban-

donadas por seus dirigentes. Os diretores das ferrovias, das empresas de transportes municipais, das companhias de navegação, das grandes fábricas têxteis e de metalurgia, os dirigentes e representantes das associações patronais tinha desaparecido. A greve geral dos trabalhadores, uma medida de defesa contra o golpe militar, paralisou completamente a vida econômica por oito dias.

Tendo aniquilado a resistência dos militares sublevados, as organizações proletárias decidiram acabar com a greve. Os sindicatos da CNT logo se convenceram de que não se poderia retomar o trabalho sob as mesmas condições de antes. A greve geral não tinha sido uma luta por salários. Não houve negociações sobre salários maiores ou melhores condições de trabalho. Não havia patrões. Os trabalhadores tinham não só que retomar o trabalho em tornos, locomotivas, bondes e escritórios; tinham também que ser responsáveis pela gestão das fábricas, das oficinas e das empresas de transporte. Em outras palavras, a direção da indústria e toda a vida econômica foi tomada pelos trabalhadores e empregados nelas ocupados.

Mas não se pode falar de socialização ou coletivização premeditada. Na verdade, não havia nada preparado, tudo tinha que ser improvisado.

Como em todas as revoluções, a prática precedeu a teoria. As teorias eram esmagadas e alteradas pela realidade. Os defensores da ideia de que se pode realizar o progresso social por meio da transformação pacífica estavam tão equivocados quanto aqueles que pensavam que poderiam criar no ato e por um golpe de força todo um novo sistema social e econômico instantaneamente, só com o poder político nas mãos dos trabalhadores. A realidade demonstrou que ambas as hipóteses eram igualmente falsas. Provou que era acertado foi ter que quebrar o poder militar e policial oficial do Estado capitalista para abrir o caminho para as novas formas de vida social. Mostrou que também era correto que os criadores dessas novas formas de vida tem que se preparar para a sua missão na teoria e na prática, no programa e na organização. Em cada teoria social há uma boa parte da utopia. E é bom que seja assim; caso contrário, não haveria criação. São necessários ideias, conceitos e entendimentos concretos sobre o caminho a seguir.

Os anarquistas e sindicalistas da Espanha tinham uma doutrina bem definida, enquanto os marxistas, em termos de socialização, defendem o conceito de que o Estado tem de assumir o comando da economia, as indústrias têm de ser estatizadas. Os anarquistas, no entanto, acreditam

que a socialização deve começar pelos trabalhadores, nas oficinas, nas fábricas, em todas as atividades da vida econômica. Este caminho conduz de baixo para cima, da periferia para o centro; o marxista, pelo contrário, de cima para baixo, do Estado ao povo.

Na Espanha, especialmente na Catalunha, o processo de socialização começou sob a segunda forma, como coletivização. Essa coletivização não deve ser entendida como a realização de um programa preconcebido. Aconteceu espontaneamente. No entanto, não se pode esconder a influência dos ensinamentos anarquistas nesse processo. Durante décadas os anarquistas e sindicalistas da Espanha consideraram a transformação social da sociedade como o seu objetivo principal. Nas assembleias dos seus sindicatos e grupos, nos jornais, panfletos e livros, discutia-se continuamente e de uma maneira sistemática o problema da revolução social.

O que deve ser feito no dia seguinte à vitória do proletariado? Deve-se derrubar o aparato do poder estatal. Os trabalhadores devem encarregar-se da gestão das empresas, administrá-las eles mesmos; os sindicatos têm de controlar a vida econômica. As federações locais tem que regular o consumo. Estas eram as ideias anarcossindicalistas. Essas ideias também foram aceitas pela FAI. Em suas pa-

lestras e congressos sempre defendeu a tese de que a vida econômica deve ser regida pelos sindicatos.

Quando se compara o curso dos acontecimentos em Barcelona e em muitas outras cidades da Catalunha e Espanha, verifica-se que a prática foi orientada segundo essas teorias. O poder público executivo passou aos sindicatos anarcossindicalistas e aos partidos políticos do proletariado e da pequena burguesia.

O Comitê das Milícias Antifascistas era o órgão superior, no qual estavam unidas a Esquerda Republicana de Catalunha, os autonomistas catalães, a União das Rabassaires, a CNT e a FAI, os partidos socialistas unificados (PSUC) e o Partido de Unificação Marxista. Os anarquistas e sindicalistas poderiam, nas primeiras semanas após o 19 de julho, terem se

encarregado sozinhos do poder público. Não o fizeram; renunciaram a isso. O governo catalão levava somente uma existência aparente. O Parlamento não reuniu-se novamente. Dois meses e meio depois, o governo desapareceu completamente. Em 28 de setembro reuniu-se um novo Conselho, composto por todas as organizações antifascistas que haviam reprimido o golpe de estado militar.

Estas foram as mudanças na arena política. Na área econômica, os sindicatos agiram sozinhos. Depois de 19 de julho de 1936, os sindicatos da CNT foram responsáveis pela produção e distribuição de alimentos. Os sindicatos preocuparam-se, acima de tudo, em resolver o problema mais premente, que era a oferta de alimentos para a população. Restaurantes populares foram abertos em todos



Bônus de pagamento, emitido em janeiro de 1937, em plena Revolução Espanhola.

os bairros, nas instalações dos sindicatos. Os comitês de abastecimento, criados para esse fim, retiraram alimentos dos depósitos de atacados da cidade e do campo.

O pagamento era feito por meio de bônus, avalizados pelos sindicatos. Todos os membros do sindicato, as mulheres e crianças dos milicianos e também a população em geral receberam comida gratuitamente. Durante os dias da greve, os trabalhadores não cobraram. O Comitê das Milícias Antifascistas concordou em pagar os salários dos dias de greve aos trabalhadores e empregados. A economia sem dinheiro dos antifascistas durou cerca de duas semanas. Quando, em seguida, retomou-se o trabalho e a vida econômica reiniciou o seu curso, voltou-se à economia com dinheiro. Depois de algumas semanas, mesmo a gasolina para os carros teve que ser paga novamente. Mas os sindicatos continuaram a controlar o consumo de gasolina como antes.

A primeira fase da coletivização começou ao encarregarem-se os trabalhadores das empresas. Em cada oficina, em cada fábrica, nos escritórios, armazéns e lojas nomearam-se delegados sindicais que foram destinados à gestão. Muitas vezes, esses diretores não tinham preparação teórica e apenas um pouco de conhecimento da economia nacional. Mas

sentiam profundamente suas próprias necessidades e compreendiam as demandas do momento. O problema dos salários, dos preços, dos produtos; a relação desses fatores entre si nunca havia sido investigada cientificamente por eles.

Não eram marxistas ou proudhonistas. Mas entendiam seu ofício, conheciam o processo de produção da sua indústria e souberam arranjar-se. Se não havia ordens, ajudava a sua inteligência.

Em algumas fábricas têxteis fabricaram lenços de seda rubro-negros com inscrições antifascistas estampadas e os lançaram ao comércio.

“Como eles calcularam o preço? Como eles definir a margem de lucro?”, perguntou um jornalista marxista estrangeiro.

“De margem de lucro não entendo nada - disse que o operário. Nós olhamos os livros para ver o quanto valia a matéria-prima, calculamos as despesas correntes, adicionamos um custo adicional como reserva, somamos os salários e outra sobretaxa de dez por cento para as Milícias Antifascistas, e esse foi o preço”.

Os lenços foram lançados no mercado a um preço menor do que poderia ter sido feito antes; os salários dos trabalhadores foram maiores; a margem de lucro capitalista foi convertida a favor da luta contra o

fascismo. Dessa forma foi realizada a transferência da administração na maioria das empresas. O empregador era excluído se ele se opusesse ao novo curso dos acontecimentos. Era contratado, se aceitasse a mudança. Seguiu trabalhando como um líder técnico ou comercial, às vezes como operário, e recebia salário como os operários ou técnicos do escritório. Este processo e essa mudança eram relativamente simples.

As dificuldades surgiram mais tarde. Rapidamente acabaram as matérias-primas. Nos primeiros dias após a revolução foram apreendidas. Logo teriam que ser pagas ou abonadas.

Do exterior chegavam algumas matérias-primas. Começaram a aumentar os preços desses materiais e, portanto, também dos produtos. Os salários foram aumentados. Mas essa medida não foi geral. Em alguns setores o aumento foi considerável. Na primeira fase da coletivização, os salários dos operários e empregados eram diferentes mesmo dentro da mesma indústria.

Ao limitar a coletivização à abolição dos privilégios de alguns patrões, ou à eliminação do lucro patronal em uma sociedade anônima, os trabalhadores passaram a ser os beneficiários efetivos, simplesmente substituindo os anteriores proprietários. Essa mu-

dança foi um arranjo mais justo que o existente até então, porque os trabalhadores agora cobravam efetivamente os frutos do seu trabalho. Mas esse sistema não era nem socialista, nem comunista. Em vez de um capitalista houve uma espécie de capitalismo coletivo.

Enquanto antes havia um único proprietário de uma fábrica ou de um café, os trabalhadores das fábricas ou os funcionários do café passaram a ser agora os seus proprietários coletivos. Os funcionários de um café próspero tinham rendimentos mais elevados do que aqueles de um estabelecimento menos afortunado¹. A coletiviza-

¹ Nesta fase também parou a coletivização russa. André Gide descreve isso em seu livro "De volta da URSS" da seguinte forma: "Nós visitamos um kolkhoz [fazenda coletiva] modelo perto de Sukhum. Existe há seis anos. No primeiro momento, teve que lutar muito, mas hoje é um das melhores ... Chamam-no o milionário. Tudo respira bem-estar. Esse kolkhoz se estende por uma vasta área. Favorecida pelo clima, a vegetação é abundante. Cada casa, construída de madeira, eleva-se sobre uma base de pedra, pitoresca, encantadora. Está cercada por um espaçoso pomar com árvores frutíferas, verduras e flores. Esse kolkhoz conseguiu produzir um lucro significativo, o que lhe permitiu acumular reservas consideráveis. Pôde aumentar os salários para quinze rublos por dia. Como foi calculado esse aumento? Da mesma forma como se fixam os dividendos dos acionistas, como se o kolkhoz fosse uma empresa capitalista. Subsiste esta previsão: na URSS não existe mais a exploração da grande massa para o proveito de poucos. Os próprios trabalhadores, ou seja, os do kolkhoz, repartem o ganho entre si, sem dar nada ao Estado. (Assim pelo menos me explicaram várias vezes.) Sob

ção na Espanha não podia parar nessa fase. Esse era o sentimento de todos. Os sindicatos decidiram encarregar-se do controle das empresas; os sindicatos da indústria transformaram-se em empresas industriais.

O sindicato da indústria da construção de Barcelona encarregou-se dos trabalhos em todos os canteiros de obras da cidade. O ramo de cabeleireiros foi coletivizado. Em cada salão de cabeleireiro há um delegado sindical, que entrega semanalmente todos os rendimentos ao Comitê Econômico do sindicato. As despesas de todos os salões de cabeleireiros são pagas pelo sindicato, incluindo os salários. Os sindicatos de trabalhadores substituiu o sindicato dos patrões. A justiça social foi alcançada em alguns ramos. Mas algumas indústrias são melhores que outras. Há ramos mais ricos e mais pobres, salários maiores e menores. Também não se pode parar o processo de coletivização nesta fase.

Na Federação Local dos Sindicatos de Barcelona (CNT) se discute a criação de um comitê de ligação: este

todos esses aspectos, não se pode dizer nada se não existirem também kolkhozes, mais pobres, que não podem manter-se bem. Se bem entendi, cada kolkhoz tem a sua autonomia, e nenhum vestígio de assistência mútua. Talvez eu esteja errado? Gostaria de estar errado”. A coletivização agrícola parece estar ainda na sua fase inicial na Rússia. Eles ainda não chegaram a socialização. (Veja André Gide: “De volta da URSS”). (Nota do Autor).

tem que cobrir todas as comissões econômicas de todos os sindicatos; os fundos têm de se concentrar em um único lugar, uma única caixa de compensação deve procurar uma distribuição equitativa. Em alguns setores há estes comitês de ligação e fundos de compensação desde o início. A Companhia de Ônibus de Barcelona, administrada pelos trabalhadores, prospera e obtém excedente. Parte dele vai para um fundo de reserva para comprar matérias-primas no exterior, e o resto é usado para auxiliar a Companhia de Bondes, que não funciona com tanto superávit. Empresas completamente não lucrativas, como o funicular Montjuic-Porto de Barcelona, serão suspensas, por razões econômicas, durante o inverno.

Quando a benzina começou a se tornar escassa, quatro mil taxistas ficaram desempregados; o sindicato teve que pagar seus salários. Foi um fardo pesado para o sindicato de Transportes. Ele foi forçado a procurar a ajuda de outros sindicatos e da prefeitura de Barcelona. A indústria têxtil tinha poucas matérias-primas. O trabalho foi limitado; em algumas fábricas só se trabalhava três dias por semana. Mas era preciso pagar os trabalhadores. Como os trabalhadores do setor fabril e têxtil não dispunham de meios suficientes, a Generalitat teve que ajudar. O processo de cole-

tivização não pode ser parado neste estágio. Os sindicalistas exigem a socialização. A socialização para eles não significa nacionalização, a transferência da economia para o estado. A socialização deve ser uma generalização da coletivização. A reunião dos fundos de todos os sindicatos em uma caixa central, uma concentração na federação local, que se tornaria uma espécie de empresa coletiva. Seria uma socialização a partir de baixo, ou seja, de empresas de trabalhadores para toda a comunidade inteira. Sem organizações de trabalhadores não há socialização.

II

Pouco se falou de expropriação. Entendia-se que este é um conceito negativo que expressa a abolição de uma forma de propriedade, mas não diz nada sobre a forma da nova organização. A formulação marxista: expropriação dos expropriadores, é pouco conhecido na Espanha. O coletivismo, no entanto, tem tradições enraizadas; existia em sua forma antiga já antes do movimento proletário moderno.

Ressuscitou na Primeira Internacional. Ao contrário do que vários países com tradições de direito romano, a forma de exploração do feudalismo na Espanha consistia menos

no direito de propriedade privada da terra do que no usufruto dos produtos da terra. Esta forma subsistia em parte até a eclosão da revolução. Sob o sistema arrendatário da rabassa na Catalunha, os camponeses tinham de pagar o arrendamento sob a forma de produtos agrícolas.

O valor do arrendamento que seria pago aos proprietários levou no ano de 1934 a um grave conflito entre a Catalunha e Madri. Madrid reivindicou o direito de nomear os juízes que deveriam decidir sobre as demandas dos proprietários de terras. Os pequenos agricultores refugiaram-se nos anseios de autonomia da Catalunha.

A luta pela independência política da Catalunha tem um aspecto econômico. Os grandes proprietários simpatizavam com Madri. Mas não somente na Catalunha; em todas as regiões de Espanha subsistem as tradições do coletivismo. Depois de derubar a força dos generais, sentia-se por todo o campo o anseio de coletivizar grandes propriedades existentes. As organizações sindicais e os grupos anarquistas encabeçavam esses esforços de coletivização. Foram fiéis às suas tradições. No congresso da CNT em Madri em junho de 1931, a coletivização da terra foi designada como um dos fins mais importantes dos trabalhadores rurais. As resoluções aprovadas pelo congresso mar-

cam claramente o caminho que foi seguido pelos trabalhadores do campo em julho e agosto 1936. A resolução apela:

“a) A expropriação sem indenização de todas os latifúndios, pastagens, áreas de caça e extensões aráveis, declarando propriedade social. Cancelamento dos atuais contratos de tributação ao proprietário, por outros que os sindicatos definirão em harmonia com as necessidades de cada localidade.

b) Confisco dos gados de reserva, sementes, ferramentas agrícolas e máquinas que está nas mãos de proprietários expropriados.

c) Entrega proporcional e gratuita em usufruto de tais terras e efeitos aos sindicatos de camponeses para exploração e gestão direta e coletiva.

d) Abolição de contribuições, impostos sobre a propriedade, dívidas e encargos de hipoteca que pesam sobre as propriedades que são o sustento de seu proprietário e são cultivadas diretamente por eles, sem intervenção continuada e nem exploração de outros trabalhadores.

e) Eliminação de renda em dinheiro ou em espécie que os pequenos arrendatários (*rabassaires*, colonos, arrendatários regionais etc.) são atualmente forçados para satisfazer os grandes proprietários de terras e os intermediários dedicados à sublo-

cação.

A preparação construtiva dos agricultores de acordo com nossos princípios é a missão mais importante e mais difícil do sindicalismo no campo. A mais importante porque, sem ela, não pode ser viável ou consequente o desenvolvimento da revolução social.

A mais difícil, por ser muito numerosos os obstáculos tradicionais e subjetivos, atraso cultural, instinto de propriedade e individualismo egocêntrico, o que dificulta a absorção das massas camponesas para fins coletivistas.

O movimento sindical camponês pode e deve superar esses obstáculos mediante uma propaganda clara, abrangente e tenaz de seus fins ideológicos e um trabalho educacional e sindical que desenvolva nos trabalhadores do campo hábitos de solidariedade coletiva e os predisponha e capacite para colaborar sem reservas e em interesse próprio na implementação do regime coletivista ou comunista libertário.

O Congresso declara que a socialização da terra e todos os meios e instrumentos que cooperam na produção agrícola, assim como seu cultivo, uso e gestão por sindicatos agrícolas de produtores federados, é condição essencial para a organização de uma economia que assegure à coletividade

trabalhadora o gozo do produto integral de seu trabalho”.

A coletivização da terra tomou outros rumos na Espanha do que na Rússia. Todas as propriedades de grandes proprietários de terras foram coletivizadas em uma comuna. Estes últimos eram partidários dos militaristas clericais e lutavam contra o povo. Os proprietários que aceitaram a transformação econômica continuaram trabalhando no sindicato. Puseram-se à frente da coletivização. Os exportadores também se juntaram ao sindicato: em muitos lugares também os pequenos proprietários. A terra é trabalhada pelos camponeses coletivamente; todos os produtos são entregues ao sindicato. Este paga os salários e vende os produtos. Os pequenos proprietários que não queriam fazer parte da comunidade permaneceram fora do sindicato.

Estes, então, tem que lutar duro por sua existência. Eles não são forçados a nada, mas tampouco podem desfrutar das facilidades econômicas. Em contrapartida, no sindicato organiza-se o trabalho de uma forma racional. Ali se aplica o princípio: todos por um, um por todos.

Mas o pequeno proprietário permanece fora da comuna. Na distribuição das ferramentas agrícolas, dos alimentos etc., o pequeno proprietário é

o último².

A vida dos trabalhadores rurais melhorou com a coletivização do trabalho e a nova regulação do consumo no sentido econômico; politicamente é livre agora. O agricultor tem sido capaz de manter seus costumes, as suas liberdades individuais não sofreram redução. Nada de viver em grandes edifícios; nada de cozinhas coletivas. Mas o espírito da propriedade, a “possessão demoníaca”, que precisamente no campo chegou a extremos de egoísmo crasso, foi destruído³.

O sindicato dos agricultores é agora uma empresa econômica. Ele lida com a limpeza e a embalagem de frutas destinadas à serem emitidas. O sindicato paga aos trabalhadores. Em algumas comunas quase toda a vida

2 Tive a oportunidade de participar de uma reunião de uma união agrícola na província de Valência. Pequenos produtores foram igualmente representados. Eles reclamaram que faltou isto e aquilo. Um plano de comissão realizou melhorias na agricultura. Foi muito instrutivo observar como os agricultores completaram as propostas da Comissão com as suas experiências. (Nota do Autor).

3 Um pouco de aventura. Durante uma viagem através dos laranjais, um companheiro de viagem, estrangeiro, quis comprar algumas laranjas. “Nós não vendemos”, disseram os camponeses, ocupados na colheita de laranjas. “Mas não é possível obter laranjas aqui?” “Tantas quantas quiser, mas não com dinheiro”. E os camponeses nos trouxeram gratuitamente um saco com 50 quilos de laranjas. Todas as tentativas, oferecendo o equivalente delas, eram inúteis. “Quando formos para Barcelona, vocês podem nos dar o seu excedente ...” (Nota do Autor).

econômica está nas mãos do sindicato. O sindicato nomeou vários comitês para a organização do trabalho, para o consumo, a distribuição, a defesa contra o fascismo. Cafés e cinemas, se existirem, estão sob o sindicato.

Nos pequenos povoados não há diferenças entre os vários ofícios e sindicatos. Todos estão unidos na federação local. Este é o verdadeiro nervo da vida econômica e, ao mesmo tempo, o centro político e cultural do povoado.

III

Em Barcelona, a vitória sobre o fascismo teve o efeito de uma liberação de um jugo pesado. Todos se alegraram com a liberdade recuperada.

Mas muitos acreditavam que, para eles, começava uma época de *laissez faire*, em que poderiam fazer o que quisessem; fábricas, oficinas e armazéns cujos proprietários eram fascistas estavam abandonados. Os desempregados acorreram ao comércio ambulante. Isso se espalhou como uma epidemia. Todas as ruas da capital foram inundadas por mercadorias, que eram vendidas nas calçadas e até mesmo no meio da estrada.

Toda a cidade tinha uma nova fisionomia. Para os donos de lojas, o comércio de rua significou uma grande competição. Mas logo encontraram

um remédio. Puseram seus vendedores, que ofereciam suas mercadorias na rua. O sindicato dos vendedores ambulantes adquiriu tamanho gigantesco.

Alguns centenas tornaram-se muitos milhares. À venda ambulante só podia se dedicar quem possuía a licença de seu sindicato.

O sindicato da CNT teve responsabilidade. Concordeu em não admitir mais membros. Em seguida, os vendedores ambulantes formaram um sindicato da UGT. Neste, poderiam ingressar todos os que não foram admitidos no sindicato da CNT. Ao excesso do comércio ambulante foi adicionada a concorrência de duas organizações.

O assunto foi levado perante a Federação Local da CNT. Esta decidiu limitar o aumento no comércio de rua.

Apenas um número limitado de vendedores ambulantes foi admitido, atribuindo-lhes determinados lugares da cidade para este fim. O acordo sindical teve o efeito de um decreto. Milhares de vendedores ambulantes desapareceram em um dia das ruas de Barcelona.

Esta foi uma fase de desenvolvimento que teve alguma importância para a aparência da capital da Catalunha. A intervenção dos sindicatos foi decisiva. Definiu o rumo e o ritmo do

processo, regula a vida econômica da cidade; não só controla os trabalhadores nas fábricas, mas até mesmo os vendedores ambulantes.

IV

Em um ramo a coletivização não foi feita: no sistema bancário. Por razões óbvias. A coletivização não é feita por decreto a partir do alto, mas pela intervenção dos trabalhadores e empregados em cada empresa.

Por que os bancos não foram coletivizados? Os bancários estavam mal organizados. Havia dois sindicatos bancários, um da CNT e outro da UGT; o último, majoritário, opunha-se à coletivização e defendia a nacionalização.

A socialização deve ser feita, de acordo com a sua doutrina, por decretos governamentais. O governo não decretou a coletivização dos bancos. Assim, os bancários, em sua maioria, não sabiam o que fazer. A coletivização não foi realizada.

A minoria da CNT não conseguiu que fossem aceitas as ideias de mudanças econômicas e financeiras da sociedade.

Uma coletivização ou socialização dos bancos teria dado, sem dúvida, um rumo diferente ao desenvolvimento. A riqueza dos bancos não consiste em máquinas e ferramentas, mas em meios de circulação, valores

nominais, dinheiro. A apreensão de contas bancárias teria possibilitado uma centralização e distribuição dos meios financeiros existentes, e com isso uma economia dirigida. Um centro ordenador teria intervindo no processo.

Com a colaboração de representantes dos sindicatos industriais, os bancários teriam sido capazes de desenvolver um programa de assistência financeira a empresas vitais.

As instituições financeiras poderiam ter imediatamente se posto ao serviço da coletivização.

A coletivização não teria parado, teria abrangido toda a vida econômica. O processo de coletivização é comparável com a construção de uma obra; pedras são trazidas de muitos lados, pequenos edifícios são construídos cada um por si mesmo. Ao acoplarem-se os bancos, a realização do programa planejado teria sido feita de uma maneira arquitetônica. Não foi assim, perdeu-se tempo.

Mas a perda de um dos lados foi um ganho no outro. Não foram postos limites à iniciativa privada.

Depois de sete meses de experiências, os sindicatos convenceram-se de que era necessário coordenar os esforços das empresas coletivizadas em diversos setores. Eles basearam-se em experiências realizadas. As direções centrais que estão sendo cria-

das agora já não precisam nomear os órgãos inferiores; eles já existem. A cúpula da coletivização funda-se sobre uma base sólida, profundamente enraizada nos sindicatos industriais, nas seções profissionais, nas empresas e nas mesmas oficinas. Nisso se baseia a força da coletivização na Espanha.

V

No desenvolvimento de coletivização encontramos a mesma característica que no desenvolvimento político. Recusa de todos os esforços totalitários. Embora os sindicatos exigissem sua influência na distribuição

e fornecimento de alimentos, eles não queriam monopolizá-los. O sindicato do setor alimentício encarregou-se pelas padarias (não há grandes fábricas de pão em Barcelona). Há também pequenos fornos. Estes continuam a trabalhar por conta própria, como antes. O transporte do leite do campo para as cidades está nas mãos dos sindicatos. Estes provêm a maioria das fábricas de laticínios. Os sindicatos do setor alimentício controlam as propriedades rurais e colaboram com as fazendas coletivizadas e as cooperativas agrícolas.

A restrição de importação de leite condensado resultou na escassez de



Cartaz da Indústria automotiva, coletivada durante a Revolução Espanhola.

leite. O sindicato do setor alimentício comprou leite condensado no exterior e resolveu esse problema em Barcelona. Na Rússia, as lojas foram fechadas durante o primeiro período da revolução. Isso não aconteceu na Espanha. O comércio por atacado passou para as mãos dos sindicatos. O varejo adquire seus produtos por meio do sindicato. Os preços de varejo foram definidos para os comerciantes. O comércio interior foi unificado e controlado. Liderando o “monopólio” estava o Ministério de Abastecimento.

O objetivo era organizar de maneira uniforme todo o abastecimento com comida da Catalunha, para suprir todas as populações. Foram fixados preços unificados nas comunas coletivizadas, nos sindicatos de pescadores e em outras indústrias de alimentos, de acordo com o órgão distribuidor. O objetivo prosseguido por esta política econômica era evitar o aumento do preço dos alimentos. Ela acabaria com a especulação e a usura.

Mas, em meados de dezembro, essa política foi bruscamente interrompida. Em 16 de dezembro aconteceu uma transformação no Conselho da *Generalitat*. Os comunistas conseguiram a separação do POUM (Partido de Unificação Marxista) do Conselho. No novo Conselho, Comorera se encarregou de Abastos. É filiado ao Partido Socialista Unificado

(ala de Moscou). Doménech, representante da CNT, recebeu outro cargo. Comorera removeu o monopólio de Abastos. Reintroduziu o livre comércio. Com isso se deu passe livre ao aumento de preços. O processo de coletivização foi interrompido neste campo. Uma espécie de pequena NEP.

Na Catalunha, o desenvolvimento acontece mais rapidamente do que na Rússia. Para o que lá necessitavam anos, aqui se realiza em meses. Mas com a novo rumo da NEP catalã não foi concluído o desenvolvimento. A população trabalhadora não quer parar nem recuar. O coletivismo não pode ser exterminado na Espanha. O desenvolvimento da sociedade vai por esse caminho. Nem a guerra pode obstruir este processo.

VI

Descrevemos neste livro, sistematicamente, o curso da coletivização em cada uma das suas fases e indústrias. Demonstramos, com documentos em mãos, como os trabalhadores tomaram as empresas sob sua responsabilidade e as levaram adiante. Também tentamos verificar os resultados da coletivização. Será que a coletivização tem uma influência favorável ou desfavorável sobre a produção? Não é preciso hoje responder teoricamente essa questão. Temos à vista os

resultados de muitas empresas. Também consultamos a opinião subjetiva de muitos trabalhadores. Se estão felizes, trabalham mais.

Se eles se sentem como parceiros responsáveis, têm mais interesse pela produção. No domínio dos transportes, as vantagens da coletivização são óbvias. Apesar do aumento geral dos preços, as tarifas dos meios de transporte não aumentaram em Barcelona. E, no entanto, os salários dos trabalhadores das empresas de transporte não são mais baixos. Não são negligenciadas a higiene e a estética dos veículos: bondes pintados de novo, novos ônibus elétricos estão nas ruas. Todos os táxis foram reformados. Não é tão bom para a indústria têxtil.

A escassez de matérias-primas faz com que em muitas fábricas se possa trabalhar apenas dois ou três dias por semana; mas os salários de quatro dias são pagos. A extensão desse estado de coisas enfraquece as empresas. Quatro salários semanais são insuficientes. Isso não é o resultado de coletivização, mas da guerra.

A indústria têxtil catalã perdeu seus principais mercados de vendas. Parte da Andaluzia, Extremadura, Castilla la Vieja, todo o Norte da Espanha com os seus distritos industriais densamente povoados, Asturias, estão fora do alcance ou nas mãos dos fascistas.

Não foram encontrados novos mercados. Isso levou à crise na indústria têxtil⁴. A coletivização da agricultura e da indústria abre uma nova fase no movimento proletário: leva à mudança estrutural da sociedade. Ainda é cedo para julgar definitivamente este desenvolvimento, que é um dos fenômenos mais interessantes dos nossos dias. A coletivização ensina novas perspectivas, leva-nos por novos caminhos. Na Rússia, a revolução tomou o caminho da estatização. Na Itália e na Alemanha, o fascismo coloca suas esperanças na ideia do Estado Corporativo.

Nos países democráticos também acreditam encontrar a solução para a atual crise econômica em uma nova estruturação das bases políticas e econômicas da sociedade. Nos Estados Unidos, Roosevelt vai por novos caminhos; na Bélgica, De Man propõe um socialismo parcial.

Na França, existem teóricos da democracia, que se apoiam na ideia corporativa. Recomenda-se a adoção de um sistema eleitoral coletivo, a ser adicionado ao sistema eleitoral indi-

⁴ Durante o primeiro mês de 1937, a situação melhorou um pouco. Trabalha-se para material de guerra. Em Sabadell, um centro da indústria têxtil, com 60.000 habitantes, trabalha-se normalmente, enquanto que em Barcelona trabalha-se com restrições em algumas fábricas de funcionando normalmente agora em Barcelona a trabalhar mesmo com restrições em algumas fábricas de fiações. (Nota do Autor)

vidual; introdução de um Parlamento econômico ao lado do Parlamento político.

O cidadão não só deve ter a sua representação como um consumidor: o trabalhador deve ter também sua representação como um produtor, a representação da sua profissão no Estado e na organização nacional do seu país. Nestas inovações veem a saída da crise política, econômica e espiritual, a reabilitação da vida social. Na Espanha, não se desenvolveram no-

vas teorias; o mesmo povo, os camponeses, os trabalhadores nas cidades, tomaram em suas mãos a terra e os meios de produção.

Com grande esforço, tentando e às vezes errando, mas sempre à frente, esforçam-se para construir um sistema mais justo de sociedade, em que os frutos do seu trabalho são recolhidos pelos próprios trabalhadores.

Este é o significado da coletivização na Espanha. Isto se deve ter em mente ao ler este livro.

Augustin Souchy (1892 - 1984) foi um jornalista e militante anarcossindicalista alemão. Viajou até a Espanha não só para cobrir os eventos da Revolução, mas também para participar ativamente do processo, organizando o recebimento de dinheiro e de armamento do exterior.

Tradução de Clayton Peron a partir da versão transcrita pelo coletivo *Pluma de Índio*.